

Direito europeu:

Análise dos regulamentos europeus relativos a competência internacional, responsabilidade contratual e extracontratual e direito sucessório

Ação de Formação Contínua Tipo A | Lisboa, 12 de dezembro de 2014 | Auditório do Centro de Estudos Judiciários – Piso r/c, Largo do Limoeiro

Destinatários: Juizes e Magistrados do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

10h00 ABERTURA

Direção do Centro de Estudos Judiciários

10h15 Regulamento relativo à lei aplicável às obrigações contratuais (“Roma I”)

Maria Helena Brito, Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

11h00 DEBATE

11h30 Regulamento relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (“Roma II”)

Dário Moura Vicente, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12h15 DEBATE

Moderação: *Nuno Cameira, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça*

12h45 PAUSA PARA ALMOÇO

14h30 Regulamento n.º 1215/2012 relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (“Bruxelas I”)

Miguel Teixeira de Sousa, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15h15 Regulamento relativo à competência, lei aplicável, reconhecimento e execução de decisões, aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões

Fernando Paulino Pereira, Chefe de Unidade do Conselho da União Europeia

16h00 DEBATE

Moderação: *Álvaro Rodrigues, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça*

16h30 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Objetivos

- Análise, debate e aprofundamento de temas de *Direito Europeu*, conferindo-se especial ênfase aos seguintes Regulamentos Europeus:
- Regulamento (CE) n.º 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17.06.2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (“Roma I”);
- Regulamento (CE) n.º 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11.07.2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (“Roma II”);
- Regulamento (UE) n.º 1215/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12.12.2012 (a entrar em vigor em 10.01.2015), relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial, o qual procedeu à reformulação do Regulamento (CE) n.º 44/2001, do Conselho, de 22.12.2000 (“Bruxelas I”);
- Regulamento (UE) n.º 650/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 04.07.2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução de decisões, à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu (aplicável às sucessões abertas a partir de 17.08.2015).

**C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**